

RESENHA de OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana Moraes. **Canções da cidade amanhecendo: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960**. Salvador: EDUFBA, 2016.

Flávio Dantas Martins

A teimosia do lembrar a cidade

The obstinacy to remember city

Memória – História da Literatura - Walter Benjamin

Memory – History of literature - Walter Benjamin

Quem acredita que um livro sobre história de uma cidade interiorana da Bahia interessa a um grupo seletivo de historiadores, seja aqueles que estudam Feira de Santana - bem servida de pesquisas, sobretudo após sediar em sua universidade um mestrado em história - ou um grupo mais amplo de estudiosos da história urbana, ou mesmo interessados em relações entre poesia, literatura e historiografia, faz apenas meio juízo correto sobre **Canções da cidade amanhecendo** de Clóvis Ramaiana Moraes Oliveira. É importante para estes, sim, pois a investigação da história da cidade é inovadora, bela e madura. Inovadora porque não é mais um trabalho de historiografia de Feira de Santana, mas balança e incorpora uma tradição estabelecida, ao tempo em que apresenta novas interpretações e abordagens ousadas e consistentes. Bela porque o texto é avesso à aridez monográfica-acadêmica e trás uma prosa carregada de uma oralidade saudosa, com literariedade marcada. Madura porque é obra própria de um historiador que esquadrinha os becos e arquivos da cidade há algum tempo, bem mais que os quatro anos de preparação da tese que foi premiada e virou livro. O estudioso de história urbana irá se deliciar com as abordagens e a dialética da demolição e inscrição, da ruína e da escrita, do apagamento e da rememoração. Mas o livro é algo mais. Uma bela aula de teoria e metodologia da história.

Doutorando do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.
Professor do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Brasileiro,
residente em Goiânia – GO. Email: flaviusdantas@gmail.com

Clóvis é um benjaminiano que deglute Michel Maffesoli, Paul Ricoeur, Michel de Certeau, Pierre Nora, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Roger Chartier. É um historiador de alpercatas de couro e cosmopolitismo coerente com a cidade que narra. O livro é uma magistral reflexão sobre o ofício do historiador e sobre a produção da consciência histórica em uma sociedade. O professor traz uma miríade de documentos que não deve à metodologia de Walter Benjamin no livro **Passagens**, fartamente citado. Inventários, poemas, livros, jornais, inquéritos, epistolário pessoal, processos-crime, fotografias, cartografias, mesmo a toponímia urbana (oficial e vivencial), são usadas para pensar a dialética do inscrever e apagar. As interpretações das fotografias são feitas de forma densa e coerente. Décadas de jornais são vasculhados de forma minuciosa, pois o que aparece não é o evidente, o luminoso, o barulhento, mas o que quase se perdeu, o que está nas entre-linhas, o que nem todo olho pode ver. Clóvis como historiador-caçador sabe que o risco não é risco, mas rastro e indício de caminho. Como afirma Giorgio Agamben, não se pode deixar que a luz cegue e é preciso enxergar as sombras. O professor busca no escrito a oralidade, busca na pena dos letrados o que deveria ser esquecido. Cola com as categorias e conceitos os cacos que o pilão das narrações e memórias deixou do passado. A leitura a contrapelo feita por Clóvis da documentação cartorial, judiciária, administrativa, imprensa e da geografia permite buscar o que não pode ser encontrado, dialogar com o esquecimento e ouvir o silêncio.

O que destaca, todavia, é a capacidade de tirar leite de pedra do autor de **Canções**, especialmente no trato da poesia. A interpretação rigorosa e inovadora dos poemas é uma das características mais fortes do livro de Clóvis. Sonetos, marchas carnavalescas, sambas de roda e quadras nas mãos do professor se tornam narrações sobre práticas, saberes e sociabilidades que devem perecer sob a marcha do progresso. A técnica sobrepuja a experiência, a memória dominante se sedimenta e reitera a ideologia do progresso, mas as pinturas de Raimundo Oliveira, os poemas de Aloísio Rezende, os artigos e os ensaios de Eurico Alves Boaventura sobre a memória ameaçada de uma cidade desaparecente tentam recuperar essa experiência, ou melhor, rememorar o que foi perdido para sempre, o que foi interdito pela marcha civilizatória.

Canções se estrutura do ponto de vista teórico, na dialética do progresso e da experiência, no esquecer e no lembrar, da letra e da voz. A organização do texto consta com uma apresentação do livro vencedor do prêmio Kátia Mattoso assinada por Evergton Sales Souza, um prefácio de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, uma introdução, uma conclusão e cinco capítulos. E claro, Referências, cuidadosamente não hierarquizadas entre fontes, metodologias, teorias e historiografia, tudo junto, igualizado.

O capítulo “Caminhos” introduz o tema da memória dominante e das interdições que não se encaixam no modelo do progresso, especialmente na concretude desse projeto que se dá no espaço. Uma discussão sobre a política da cidade, a história urbana, o papel das construções e as preocupações dos dirigentes com a desruralização. Clóvis trata de migração, urbanização e discriminação em Feira de Santana, especialmente como foi construído a partir do medo um imaginário do cangaço assassino das caatingas que acompanha todo nortista que empoeirava as ruas sãs de ruralidade seca. O autor trata da recepção que o cangaço tinha nos jornais de Feira de Santana. O par interdição-resistência é analisado detidamente nos episódios do *football*, esporte de gente civilizada que virava baderna nos pés dos meninos nas ruas de Feira. O capítulo também trata da des-vaqueirização das ruas pelos dirigentes que achavam que progresso não combinava com bosta de cavalo e centauros encourados nas ruas e procuravam expulsar do centro da cidade a feira do gado que tanto identificou outrora a Feira.

O capítulo “Estradas” trata da espacialização da cidade, das retas, dos becos, das construções e demolições em conflito na implantação do projeto de progresso na cidade. É o capítulo que trata das inovações urbanas que tentavam dar cara de cidade grande à urbe pacata, com aparelhos modernos que procuravam interditar práticas e sociabilidades que remontavam ao roceiro e instaurar a aura de cidade progressista homogênea com suas pares, capitais do Brasil no litoral ou mesmo no estrangeiro.

O capítulo “Escrevendo em contrarelevo” aborda a obra de Raimundo Oliveira para tratar das resistências à demolição, tanto nas práticas, quanto nas memórias. Mundinho – como o chama o autor – pintava procissões do catolicismo de diáspora do sertão - na feliz definição de Candido da Costa e Silva -, retratava os beatos, os

ex-votos, o flagelo da seca. Desafiando a escrita da memória que exalta as ruas retas, as normalistas e a prosperidade e regularidade, Clóvis mostra que Raimundo retratava nortistas, mendigos, butecos, ruas de má fama e pobreza, o rosto dos sem nome, os excluídos da urbe moderna. Clóvis também trata da obra **Setembro na Feira** de Juarez Bahia, um bom cronista - nas palavras de Benjamin - que nada perde para a história pois narra as pequenezas, os sujeitos que passam pela cidade e que vem do campo. Para Clóvis, Bahia narra a periferia e via outra identidade, como quando trata do restaurante de dona Maria, um lugar de síntese de amplas tradições populares, negras e indígenas, numa cidade subterrânea rememorada.

O capítulo “Narrando os subúrbios: a Feira de Nanã Burucu” trata da poesia de Aloísio Rezende, em especial de suas narrações sobre o candomblé, sua defesa do espaço fora do centro que foi difícil ou impossível disciplinar. Para Clóvis, o subúrbio é o sertão de dentro, a região da cidade que o centro não conhece (281). O capítulo trata tanto dos espaços urbanos das beiradas e das franjas rurais da cidade, quanto de seus sujeitos, em especial destaque para mulheres negras: a jovem sedutora e autônoma que samba e inspira o poeta a reivindicar uma outra beleza feminina distinta do padrão branco das normalistas; ou a sacerdotiza do candomblé reverenciada por sua sabedoria por Aloísio. Há especial destaque no capítulo para a defesa de Aloísio do candomblé em tempos de perseguições e prisões (327-329).

O capítulo “Cidade de palavras” se concentra nas crônicas, ensaios e poemas de Eurico Alves Boaventura. Clóvis trata das disputas entre o progresso e o poeta sobre a topinímia, em que a prática popular nomeia as ruas por seus usos e famas, enquanto o poder local monumentaliza as mesmas e impõe de forma vertical a nomeação do espaço para rememorar figuras e símbolos do poder. Há também uma discussão interessante sobre a feminilidade de Salvador em oposição à masculinidade menina de Feira na representação do poeta. Há uma interessante análise do conceito de sociedade pastoril que Eurico constrói para se opor ao progresso que destrói a experiência, uma importante contribuição de Clóvis para os estudos sobre o ensaio “Fidalgos e vaqueiros”. O autor também trata da demolição da cidade com o avanço do mercado imobiliário que sepulta entre os escombros o valor de uso do urbano para construir em seu lugar o valor de troca.

A modernidade é ambígua? O progresso falhou em seu projeto, visto que há tanto ainda o que desaparecer? E o lugar da resistência? Um leitor que se enche de empatia com os esquecidos da história, graças ao tramar da narrativa que, cheia de literariedade, emociona, se pergunta: os silenciados ainda berram em seus subúrbios? Os expulsos ainda vivem experiências em suas roças? Os poetas tratam do que sumiu ou do que foi oculto e ainda está aí e resiste? Quem destrói a experiência compartilhada entre gerações é o tempo ou o tempo do progresso? O livro levanta essas questões e recupera o que foi perdido, resgata aquilo que indicava outra memória, que sinalizava um outro modo de ser e uma alternativa maneira de cidadanear. **Canções** trata da resistência: a cidade aplaina os dissidentes, mas os populares teimam em lembrar (273).

E aí caberia a relevante questão que salta aos olhos na leitura que é o papel da historiografia na produção de memórias. O período analisado por Clóvis em **Canções**, dos anos 1920 aos anos 1960, se caracterizaria por uma historiografia ainda marcada pela escola do IHGB e seus correspondentes provinciais, com uma crescente inovação na história social com um Prado Júnior e um Werneck Sodré, na história cultural por um Freyre e um Buarque de Holanda - e sim, Eurico Alves Boaventura. Mas de modo geral, estes trabalhos realizados fora das escolas apenas anunciavam novas escritas de história. A escrita historiográfica dominante ainda era marcada pelo político, pelo elitista, pelo acontecimento cívico público e pelo apagamento da memória dos sem nome. Frente a uma historiografia incapaz de lembrar as histórias desses sujeitos que foram atropelados pelo carro do progresso, cumpriria a poesia uma tarefa de arte de memória? Os poetas da Feira de Clóvis olham os “que passam / nas manhãs, carregados de medo, de pobreza”. Como afirma Hilda Hilst em **Poemas aos homens de nosso tempo** “o poeta é irmão do escondido das gentes / Descobre além da aparência, é antes de tudo / Livre, e por isso conhece”. A interdição de práticas e sociabilidades, a exclusão de sujeitos, a opressão também passam pelo apagamento dos rastros e uma concepção de história que não leve isso em conta, que não esteja atento aos vestígios dos sem nome termina por desaguar numa historiografia que reitera o silêncio. Para resgatar os mortos precisaríamos, como Hilst indica, olhar os poetas: “Escuta-me. Olha-me.

Enquanto vive um poeta / O homem está vivo”. Não deveríamos os historiadores olhar para os poetas de nosso tempo e outrora refletir sobre o papel da poesia na produção da memória e o papel de determinadas metodologias de história na reiteração de silêncios?

Uma última nota.

A atualidade do tema do medo trazido pela urbanização é tratada no texto de Clóvis. O medo dos nortistas assassinos com suas peixeiras amoladas nos jornais de Feira de Santana de meados do século passado era uma parte inerente ao avanço urbanizador que precisa domesticar através do amedrontamento e conseguir de seus bons cidadãos medrosos o consentimento para tratar com força e determinação dos indesejáveis na urbe, apagá-los do espaço urbano (45). A repetição dessa história, em que a degradação pelo imaginário de um sujeito marcado pela diferença e pela dissonância de estéticas e ideais de progresso para a métrica urbana, é uma advertência para a continuidade de políticas de inimizade, para usar uma expressão recente de Achille Mbembe, em que o medo e o mito são manipulados para exclusão de sujeitos, apagamento de práticas e desaparecimento de saberes. O medo destilado até os ossos fazia os bons cidadãos clamarem por repressão para os cangaceiros e produzia violência e barbárie para controlar aqueles que eram vistos como bandidos ou cúmplices, apenas por sua característica de ser o outro do ideal do progresso. Em nome do progresso, uma caça às bruxas foi realizada contra o povo de santo, rezadores, fazedores de garrafadas e parteiras em Feira de Santana (82). Notícias sobre feridos foram usadas para proibirem a circulação de vaqueiros no espaço urbano (114). O livro do professor, neste sentido, é poderoso ao rememorar ruínas, liberar imaginações, quem sabe inspirar mudanças. E principalmente, inspirar coragem de olhar pela cidade à procura do outro.